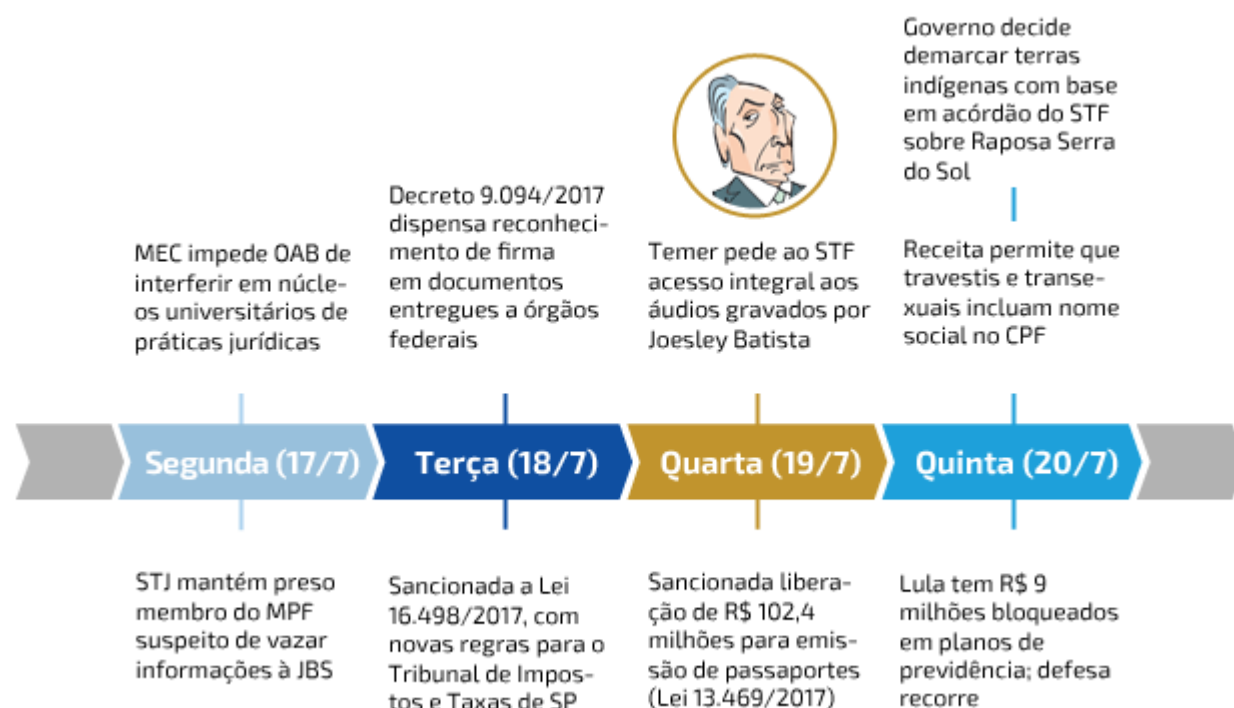


Tese sobre terra indígena e tensão entre MEC e OAB foram destaques

Uma discreta medida aprovada pelo governo federal nesta semana deve mudar regras sobre demarcação de terras indígenas no Brasil. O presidente Michel Temer (PMDB) aceitou parecer da Advocacia-Geral da União que [aplica em toda a administração pública federal](#) decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (PET 3.388).

Na prática, o texto afirma que só são consideradas terras indígenas aquelas ocupadas por índios na data

clara que
[Ministério Público](#)



Plena autonomia

O Conselho Nacional de Educação [mudou diretrizes curriculares dos cursos de Direito](#) para definir que cabe a cada instituição de ensino, e não à Ordem dos Advogados do Brasil, regulamentar e aprovar regras sobre o funcionamento de núcleos de prática jurídica para estagiários. A norma foi publicada na segunda-feira (17/7), conforme revelou a **ConJur**, e homologada pelo Ministério da Educação depois de passar quatro anos adormecida.

Trata-se de novo desentendimento entre MEC e OAB: a entidade dos advogados conseguiu suspender autorização para um curso de tecnólogo em Serviços Jurídicos, mas isso foi antes de o Conselho Federal pedir o *impeachment* de Temer.

Relatório final

A Polícia Federal avalia que os senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Renan Calheiros (PMDB-AL) e o ex-senador José Sarney não podem ser acusados de atrapalhar as investigações da “lava jato” com base em áudios gravados pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

Embora eles tenham sido gravados propondo atos e mudanças legislativas, [o inquérito concluiu](#) que as conversas trataram de articulações “pré-executórias”. Cabe à Procuradoria-Geral da República analisar se concorda com o arquivamento do processo, relatado pelo ministro Edson Fachin.

FRASES

O simples desejo, intenção ou manifesta vontade de impossibilitar a execução ou o prosseguimento da investigação em relação à organização criminosa, críticas, reclamações ou desabafos feitos à condução de determinada investigação, aos agentes investigadores ou mesmo ao juiz, não bastam para caracterização do crime [conhecido como obstrução de justiça, da Lei 12.850/2013]. Assim como estratégias de defesa (...), não poderiam ser interpretados como embaraço à investigação no sentido criminoso da verbo previsto no dispositivo em comento.”

— Delegada **Graziela Machado da Costa e Silva**, ao [concluir inquérito](#) sobre Jucá, Calheiros e Sarney

Se o acusado, em cognição sumária, foi hábil o bastante para abrir conta no exterior e assinar documentos bancários em inglês, ele terá condições de apresentar sua defesa, em interrogatório, mesmo sem tradução.”

— Juiz federal **Sergio Moro**, ao [rejeitar pedido de um réu na “lava jato”](#) que queria adiar interrogatório até receber tradução de extratos suíços.



ENTREVISTA DA SEMANA

O criminalista **Antonio Figueiredo Basto** [diz que os ataques à atuação do MPF e do juiz Sergio Moro](#) não passam de “garantismo de ocasião”, por entender que não havia “gritaria” contra meios de produção de provas e medidas cautelares quando pessoas pobres eram processadas.

Especialista em delações premiadas, Figueiredo Basto já firmou mais de 20 acordos. Na “lava jato”, ele

negociou em nome do doleiro Alberto Youssef e do dono da UTC Engenharia, Ricardo Pessoa. O gravações clandestinas de delatores.



Fonte: Google Analytics

A notícia mais lida na **ConJur**, com 160,8 mil acessos, foi sobre a

[morte da processualista Ada Pellegrini Grinover](#), uma das mais respeitadas juristas do país, no dia 13 de julho. Ao longo dos seus 84 anos, ela participou da reforma do Código de Processo Penal e do Código de Defesa do Consumidor, foi coautora da leis sobre interceptações telefônicas, ação civil pública e mandado de segurança.

Com 30,6 mil visitas, ficou em segundo lugar no ranking notícia sobre [norma que deixa de exigir reconhecimento de firma](#) nos documentos entregues a órgãos públicos federais. O procedimento só será necessário se houver dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal das informações, segundo o Decreto 9.094/2017.

As 10 mais lidas

[Morre processualista Ada Pellegrini Grinover, referência nacional](#)

[Decreto dispensa reconhecimento de firma em órgãos federais](#)

[Moro diz que excesso de trabalho o impediu de ler documentos de processo de Lula](#)

[Deficiente tem direito a isenção do IPVA mesmo que não seja o motorista](#)

[Moro rejeita embargos de Lula e diz que notícia sobre triplex tem valor de prova](#)



[Juíza multa parte e advogado por combinarem mentiras pelo WhatsApp](#)

[Entenda as principais mudanças da reforma trabalhista](#)

[Justiça dá prazo para cidadãos ingressarem com ação popular contra Temer](#)

[Coluna "Reflexões Trabalhistas": Mudanças na gratuidade de Justiça e nos honorários de sucumbência](#)

[Depois de bônus, arrecadação com multas fiscais mais que dobra, mostra Receita](#)

Manchetes da Semana

[Advogado e cliente são grampeados pela PF no interior de São Paulo](#)

[Fisco não pode usar informações recebidas da Suíça por meio de acordo de cooperação](#)

[Devedor de alimentos não pode ser preso duas vezes pela mesma dívida](#)

[Prazo para impetrar mandado de segurança é de 120 dias a partir de lesão a direito](#)

[Ausência de endereço fixo não é motivo para autorizar prisão, diz STJ](#)

[TRF-1 anula regras da PF que impediam acesso de defesa a inquéritos](#)

[Depois de “bônus de eficiência”, arrecadação com multas fiscais mais que dobra, mostra Receita](#)

[Servidor público pode contar tempo de insalubridade com CLT para se aposentar](#)

[Indícios de “adoção à brasileira” não impedem criança de ficar com família](#)

[Decisão genérica do TCU não exige espaço para defesa de terceiros](#)

[Entrevista – Figueiredo Basto: “Críticas às delações premiadas na ‘lava jato’ são garantismo de ocasião”](#)

[MPF manda delator vender apartamento mesmo afirmando que ele é “laranja”](#)

Date Created

22/07/2017